

ATA DA 12ª. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM DOIS DE OUTUBRO DE 2013.

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Segunda Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, Biênio 2012 – 2014, na Associação Comercial de Santos, sito à Rua XV de Novembro, nº 137, Centro – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 10ª reunião; 2 - Apresentação de análise da CT de Qualidade Ambiental sobre ampliação do aterro da Terrestre Ambiental; 3 - Apresentação de análise da CT de Gerenciamento Costeiro e da CT de Legislação sobre petrechos de pesca, solicitado pelo Conselho Gestor da APA Marinha; 4 - Apresentação de Diagnóstico Técnico para Revisão do Plano Diretor-SEDURB; 5 - Indicação de representantes do COMDEMA para o CMDU – biênio 2013/2015; 6 - Comunicados da Secretaria; 5 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SESEG, SEAS, SECULT, SECID, SEDES, UNIMES, FATEC, SOROPT. PRAIA, COMEB. Justificaram a ausência: SEMAM II, SEFIN, AEAS, SOROPTIMISTAS PRAIA. Esta foi uma reunião conjunta com o Conselho de Desenvolvimento Urbano, e o Presidente João Guedes juntamente com o Presidente do CMDU, Sr. Nelson Gonçalves de Lima Jr., cumprimentaram os presentes e explicaram a dinâmica adotada, pois, devido à urgência em apresentar o Plano Diretor, o CMDU terá reuniões extraordinárias, semanais, às quartas-feiras. Sr. João Guedes perguntou se a ata da 11ª reunião estava de acordo e esta foi aprovada por unanimidade. Apresentou o palestrante, Sr. José Carriço, que exibiu o diagnóstico técnico, com vistas a receber contribuições dos conselheiros e demais colaboradores para possíveis atualizações e aprimoramentos. Os gráficos também serão enviados posteriormente aos conselheiros. Por ser um processo municipal, pretende que a 1ª versão da minuta esteja pronta em duas semanas e finalizada entre novembro e dezembro. Explicou que a revisão do plano se dá no 1º ano de mandato do prefeito e destacou o desenvolvimento deste trabalho com o Sr. Galvão e equipe. Iniciou com os dados sobre a população santista, cuja pirâmide etária inverteu e o crescimento diminuiu. Além da idade avançada, a prevalência é do gênero feminino, um homem para duas mulheres, principalmente, acima de 75 anos. Foi constatada como a cidade mais feminina do Brasil, com 54% de mulheres. Devido à herança do escravismo, a maioria é parda. Quanto à população residente na cidade, estima-se pouco crescimento futuro, portanto, pouca necessidade de aumento de provisões. O processo de urbanização está saturado desde a década de 70, por falta de áreas para crescimento, o que ocasiona ocupação indevida em áreas frágeis. A respeito de mobilidade, destacou a crise no entorno do porto e de Cubatão, área sensível às mudanças da economia nacional e internacional. A frota motorizada aumentou, contudo, entre os transportes coletivos municipais o aumento foi pequeno. Em relação às Unidades de Conservação, constatou-se que os marinhos são maiores que os terrestres e os desafios são quanto ao plano de manejo e de gestão. Quanto ao comércio, mostra-se tímido nos Morros e Zona Noroeste, o que leva ao efeito pendular dos habitantes destas áreas para a Zona Leste, quando precisam destes serviços. Aqui o desafio é levar investimentos em empregos e comércio para estas regiões. O município detém 41% da economia da Baixada Santista. O turismo reduziu, por conta das ligações rodoviárias para outras praias. Neste ponto já existe mudança de perfil, com foco em atrações culturais, turismo de negócios, cruzeiros marítimos. O porto, em 10 anos, duplicou sua movimentação e continua crescendo, até 2020, a previsão é dobrar. Neste quesito, o desafio é a mobilidade, com seleção dos tipos de carga. Quanto ao Emprego e Renda, houve queda, em relação à capital e evolução do emprego formal. Os domicílios cresceram mais que a população, pois há poucos moradores por domicílio. Vagos, em torno de 7%. Em termos proporcionais, é a cidade mais vertical do Brasil. A prevalência é de classe média, com 5% de indigência e 4% abaixo dela. Em relação aos imóveis e infraestrutura, são cerca de 5600 domicílios sem ligação de esgoto, e a meta é equivaler o fornecimento de água com o de esgoto. Para a próxima década, será preciso aumentar o abastecimento nos períodos de pico, com parte já executada. O desafio, baixar o índice de perda. A melhoria da Área Continental se dará com a macro e micro drenagem, nas áreas de alagamento por marés. O palestrante

mostrou o descompasso entre Santos e região quanto à infraestrutura de energia elétrica. Quanto a risco geológico, o desafio é remover 825 moradias e encontrar outro terreno para elas. A balneabilidade das praias é afetada principalmente no canal, devido à contaminação vinda das palafitas e de outras cidades, uma questão metropolitana. Os resíduos coletados na cidade alcançam cerca de 265 milhões de toneladas, 4,5 milhões separados para a reciclagem, longe do ideal. As áreas verdes também são um desafio ambiental, com índices inaceitáveis de porcentagem por habitante. O número de unidades habitacionais registradas no Sistema Tributário é de 156 mil. A Coordenadora Carla Pupin explicou sobre a Regularização Fundiária, sendo 108 assentamentos precários, classificados em 7 tipologias e 6 critérios. Há um link dos resultados destes estudos no Portal dos Conselhos e, em breve, haverá um *hotsite*. Sr. Carriço agradeceu e solicitou que os conselheiros enviem suas contribuições para a reunião do dia 9 de outubro. Em seguida, o Secretário de Desenvolvimento Urbano anunciou a criação do Fundo desta Secretaria, FUNDURB. O presidente João Guedes convidou o Sr. Carriço para posteriormente apresentar o Plano Diretor finalizado no COMDEMA. Passou aos Comunicados da Secretaria, que trouxe ofícios de vereadores com cópia ao COMDEMA para ciência. Passou a palavra ao Sr. Eduardo Lustoza, coordenador da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental. Esta analisou o relatório da SEMAM, elaborado pelo Engº Luiz Otávio de Almeida Castro, sobre a ampliação do aterro da Terrestre Ambiental, para a qual acrescentaram as sugestões de monitoramento sobre o tipo de resíduos e sua separação e reaproveitamento e também de geração de energia a partir do gás metano. Salientou que estão chegando recursos internacionais para investimento neste tipo de energia, e que esta é a 3ª fase do aterro, sendo imprescindível valorizar sua vida útil. O presidente agradeceu e passou a palavra a Engª Greicilene R. Pedro, coordenadora da Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro, que, juntamente com a de Legislação, analisaram a pertinência de regulamentação municipal sobre a pesca com rede a partir das praias na Baía de Santos, área que não pertence à APA. Recomendaram consultar a Procuradoria Geral do Município sobre a competência legislativa do município para disciplinar as referidas atividades na área do Complexo Estuarino e da Baía de Santos bem como disponibilizar a todos os membros do Conselho a legislação sobre Gerenciamento Costeiro e Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista. No assunto seguinte, indicação do COMDEMA para o CMDU, decidiram que os mesmos conselheiros continuem como representantes, Sr. Mauro Haddad Nieri e Sra. Ana Paula Campo Machado. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo presidente João Guedes Neto.

JOÃO GUEDES NETO
Presidente

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária